



PRODUTORES PORTUGUESES PRESENTES NA FEIRA FRUIT ATTRACTION DE MADRID SÃO UNÂNIMES

Setor das frutas e legumes enfrenta “dois grandes desafios”: a falta de mão-de-obra e o acesso à água

Págs. 4 e 5

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Pôr a tônica na sílaba certa

A ministra da Agricultura de Espanha visitou a feira Fruit Attraction de Madrid no último mês. Encontrou-se com o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação de Portugal, Luís Vieira, junto ao pavilhão da Portugal Fresh, transmitindo-lhe, além das condolências pelas mortes em Portugal nos últimos incêndios a meados de outubro – 45 mortos e cerca de 70 feridos –, uma preocupação inquietante: “Devemos pôr a tônica em quem provoca os incêndios e não em quem os apaga”, disse, em tom carregado, Isabel García Tejerina.

O secretário de Estado português apresentou à ministra espanhola “condolências recíprocas” – na Galiza, os perto de 150 incêndios do mesmo fim de semana de outubro originaram quatro mortos –, mas não lhe respondeu ao repto quanto a saber onde deveremos, afinal, pôr a tônica neste momento de emergência nacional.

O último relatório do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) revela que, entre 1 de janeiro e 16 de outubro, registaram-se 16 613 ocorrências (3639 incêndios florestais e 12 974 fogachos) que resultaram em 418 087 hectares de área ardida de espaços florestais, entre povoaamentos (248 515 hectares) e matos (169 572 hectares). O ano de 2017 apresenta, até 16 de outubro, o sexto valor mais elevado em número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida desde 2007.

O neurocientista António Damásio falou esta semana, no antigo Museu dos Coches, em Lisboa, de “certas modificações que têm a ver com o número de dias em que continua a haver temperaturas altas e não há humidade nem chuva”, defendendo que as alterações climáticas, e não a (in)jação de qualquer Governo, serão a causa dos fogos em Portugal e na Califórnia.

Ora, não negando à partida uma ciência que se desconhece, e mesmo podendo até rezar-se para que caia chuva, temos pela frente um desafio colossal: cuidar dos vivos, reparar as perdas, responsabilizar os culpados e preparar o futuro. É uma coisa é certa: vai ser preciso pôr a tônica na sílaba certa, para não hipotecar ainda mais o futuro de Portugal.

Destaques

Governo dos Açores promove estudo de comparação entre o leite local e o do continente

Págs. 2 e 3

Bfruit quer 320 hectares de pequenos frutos daqui a dois anos



Pág. 8

agriciência
Consultores de Engenharia, Lda



Mobilidade
Sistemas de Apoio à Decisão
Tecnologia Websites
Decisão
Sistemas de Informação Geográfica
Experimento
Agricultura de Precisão
Consultoria Avançada em Viticultura
Bases de Dados
Planeamento Estratégico e de Marketing
www.Projectos I&D
Planeamento Agrícola
Avaliação de Propriedades Rústicas
Floresta
Inovação
Sistemas de Informação
Elaboração de Projectos
Sensores
www.agriciencia.com

Sede:
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
Rua Luís Adelino Fonseca, Lote I A - 7005-841 Évora

Escritório:
Av. dos Defensores de Chaves, 71 - 1ª Esq., 1000-114 Lisboa
Tel: +(351) 213 649 625
Tlm: +(351) 914 155 278
E-mail: info@agriciencia.com

Governo dos Açores promove estudo de comparação entre o leite local e o do continente

O Governo regional dos Açores quer ajudar a diferenciar o leite produzido naquela região autónoma. Em entrevista à "Vida Económica" na FIL, em Lisboa, à margem da cerimónia de entrega dos prémios do concurso "Queijos de Portugal", promovido pela Associação Nacional do Industriais de Laticínios (ANIL), João Ponte, secretário regional da Agricultura e Florestas dos Açores, confirma a realização de um estudo comparativo das características do leite da região com o do continente.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Revelou aqui que o Governo Regional vai promover um estudo de comparação das diferenças entre o leite dos Açores e o do continente. Qual é a razão deste estudo?

João Ponte – O que o Governo regional pretende fazer, no âmbito do Centro Açoriano de Leite e Laticínios (CALL), que reúne, além do Governo regional, os industriais e as associações de produtores, é fazer um estudo exploratório, realizado por uma entidade certificada a

nível internacional, que faça uma análise às características orgânicas do leite produzido nos Açores que, como sabe, é um leite essencialmente produzido à base de pastoreio em pastagem. Um estudo que o compare com o leite produzido no continente e com alguns dos leites europeus, sobretudo com aqueles mais concorrenciais com os leites dos Açores.

VE – De que género de conclusões é que estão à espera?

JP – Temos a expectativa de ter conclusões interessantes que permitam, depois, à indústria utilizar estes valores em ações de promoção e de marketing e que, no fundo, permitam uma valorização ainda maior do leite dos Açores. Se os resultados forem aqueles que são a nossa expectativa, isso dará um apoio, quer à produção, quer à indústria. Os consumidores são muito sensíveis à origem do leite e à riqueza do próprio leite. E a nossa expectativa é chegar a valores que poderão ser muito interessantes e que poderão dar muita competitividade ao leite dos Açores. Como sabe, a grande maioria das vacas nos Açores anda em pastoreio permanente, os estábulos são residuais, não têm qualquer peso nos 600 milhões de litros de leite que produzimos por ano nos Açores, o que terá influência nas características orgânicas desse leite.

VE – Quando é que é expectável que haja resultados?

JP – Este é um estudo que demora algum tempo. É preciso fazer um conjunto de análises em laboratórios certificados, mas esperamos que dentro de um ano já haja resultados.

VE – Quantos produtores de leite têm os Açores, neste momento?

JP – Os Açores têm à volta de 2600 produtores espalhados pelas nove ilhas, embora 90% estejam distribuídos pelas ilhas de S. Miguel e Terceira. O crescimento nos últimos 25 anos duplicou, passou de 300

milhões de litros para 600 milhões por ano. A produtividade média por exploração cresceu muito nos últimos quatro anos, aumentou 40%. Naturalmente, isso tem a ver com o fenómeno semelhante ao que aconteceu aqui no continente, em que os pequenos produtores desapareceram, houve uma maior concentração e o próprio setor produtivo profissionalizou-se também.

VE – Registei aqui da sua intervenção que os Açores produzem cerca de 50% do queijo produzido no país. É significativo?

JP – Sim, de facto é. Nós temos 3% da área agrícola do continente e produzimos um terço do leite e, em termos de queijo, produzimos 50%.

VE – Ou seja, grande parte do leite produzido nos Açores vai para a produção de queijo?

JP – sim, vai para a transformação em queijo e para a exportação. Naturalmente o desafio que está em cima da mesa



João Ponte, Secretário Regional da Agricultura e Florestas do Governo Regional dos Açores.

PUB

Indústria do leite e derivados fatura 1355 milhões de euros

Um estudo da empresa Informa D&B apresentado esta semana na FIL, durante a cerimónia de entrega dos prémios do concurso "Queijos de Portugal", promovido pela ANIL, dá conta de que a indústria do leite e derivados movimentou um volume de negócios de 1355 milhões de euros, dando emprego a 5461 pessoas. Já o comércio por grosso do leite, derivados e ovos movimentou 1164 milhões de euros e emprega 2197 postos de trabalho.

Foram incluídas neste estudo todas as entidades com informação financeira relativa ao exercício de 2016 publicada no portal IES (Informação Empresarial Simplificada) do Ministério da Justiça disponibilizada até 20 de outubro último. Não foram consideradas as entidades cujo volume de negócios no referido exercício tenha sido igual a zero e os dados de morada/localização considerados foram os das sedes sociais de cada entidade.

	Empresas		Volume de Negócios		Empregados	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
10510 - Indústrias do leite e derivados	45,5	157	53,7	1.355.616.103	70,7	5.461
46331 - Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos	40,7	161	46,1	1.164.345.301	28,4	2.197
47291 - Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados	7,8	27	0,2	5.741.817	0,9	70
Total		345		2.525.703.220		7.728

	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Até 2 milhões euros	77,1	266	4,7	119.610.571	18,2	1.410
De 2 a 10 milhões euros	11,6	40	6,7	168.861.350	13,9	1.074
De 10 a 50 milhões euros	7,0	24	18,2	458.651.493	17,6	1.361
Mais de 50 milhões euros	4,3	15	70,4	1.778.579.807	50,2	3.883
Total		345		2.525.579.807		7.728

Fonte: Estudo "EMPRESAS DO SETOR DOS LATICÍNIOS - Análise do tecido empresarial (2016) da Informa D&B para a ANIL.

PUB

SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE CULTURAS ANTECIPAÇÃO E EXTENSÃO





SOLUÇÕES SEGURAS PARA AS MAIS EXIGENTES CULTURAS






ASSEGURAMOS AS SUAS COLHEITAS.

- ANTI-GRANIZO
- ANTI-CHUVA
- ANTI-ESCALDÃO
- ANTI-PÁSSARO
- SISTEMAS DE CONDUÇÃO E TUTORAÇÃO
- ESTRUTURAS DE SUPORTE
- ACESSÓRIOS



COTES

www.cotesi.com

AGRIEXPORT®

Leve Portugal Consigo!

www.agriexport.pt

4 CONTINENTES

8 PAÍSES

+100 PRODUTOS AGRO ALIMENTARES

+150 OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

+100 CONTACTOS

Junte-se a esta rede de cooperação e promoção!







InovCluster - Cluster Agro Industrial do Centro | T. (+351) 272 349 100 | E. geral@inovcluster.pt | www.inovcluster.pt

Capital dos Frutos Silvestres replanta áreas devastadas pelos incêndios

A Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres, sediada em Oliveira do Hospital, que agrega jovens agricultores de 22 municípios dos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra, sofreu fortes prejuízos com os incêndios de meados de outubro. Nuno Pereira, presidente da estrutura, revelou à "Vida Económica" que, pelas suas contas, têm "prejuízos de uns dois milhões de euros, se considerarmos os valores do PRODER, mas, se considerarmos a quebra das produções seguintes e de produção de vinho, azeite e outros produtos, é muito mais".

O empresário detém a empresa Lusoberry e outras produções de família numa área de 200 hectares de vinha, fruta e olival e cerca de 300 hectares de eucaliptos, pinhais, sobreiros, incultos e outras árvores. "Temos uma quinta em Oliveira do Hospital que tem 150 hectares e ardeu tudo. Era o Vale dos Sonhos. Andamos a fazer agora o apanhado [dos prejuízos]. As principais quintas que arderam foi no concelho de Tábua e Oliveira do Hospital", diz à "Vida Económica". "Dos produtores, temos alguns com prejuízos nas estufas, outros com plantações queimadas e sistemas de rega. Só nos associados temos mais de 10 hectares completamente irrecuperáveis", acrescenta.

Confiante no futuro, este empresário anda há vários dias a lutar no terreno para dar a volta ao infortúnio. "Estou a pedir plantas para plantar 500 hectares de fruta para acelerar a economia local", afirma, explicando que a coopera-



Nuno Pereira, sócio-gerente da Lusoberry e presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres.

tiva que dirige encomendou à Driscolls [multinacional americana dedicada exclusivamente à produção e comercialização de pequenos frutos vermelhos] e à Planasa [empresa sediada em Valterra (Navarra, Espanha) que é uma das maiores viveiristas do mundo] "plantas para

produção de fruta em Portugal nas áreas afetadas pelos incêndios". Por cada hectare de produção, garante Nuno Pereira, "esperamos 100 mil euros de produção e, se conseguirmos plantar 100 hectares, serão 10 milhões de faturação, e assim sucessivamente".

Vale da Rosa lança vinagre com a Paladin e quer 500 hectares de produção até 2022

A empresa Mendes Gonçalves, da Golegã, acaba de lançar o Paladin Vinagre de Uvas Vale da Rosa, um produto concebido a partir da produção excedente das uvas da herdade Vale da Rosa, em Ferreira do Alentejo. "É uma excelente parceria com a Paladin", garante o responsável dos mercados externos, Ricardo Costa, à "Vida Económica" em Madrid.

Questionado pela "Vida Económica", Carlos Mendes Gonçalves, CEO da Paladin, confirma a parceria e explica que, "na verdade, fizemos um projeto de economia circular com a Vale da Rosa". Numa primeira fase, no ano passado, a empresa da Golegã, "foi buscar as uvas que resultaram do processo de escolha e seleção da Vale da Rosa. Trouxemo-las para a Golegã onde as fermentámos e transformámos em vinagre, tendo feito depois o vinagre de uvas Paladin/Vale da Rosa", acrescenta o CEO.

Este ano, já instalaram "uma pequena unidade ao lado das instalações fabris do Vale da Rosa e, assim, ainda recebemos as uvas mais frescas, fazendo logo ali o processo de fermentação alcoólica e depois, já aqui na Golegã, fazemos o processo de fermentação acética", explica Carlos Mendes Gonçalves. Desse

modo, "reduzimos ainda mais o impacto ambiental, reduzindo em muito os transportes e, logo, os consumos de combustível".

O CEO da Mendes Gonçalves não tem dúvidas: "estamos a aproveitar um produto extraordinário, fresco e em perfeitas condições que acabaria por se tornar um resíduo e a transformá-lo num vinagre muito diferenciador, acrescentando valor para as duas empresas e reduzindo em muito o impacto ambiental". O produto final é um vinagre rosé com as duas identidades das duas marcas.

Seis hectares para produção de uvas passas

A herdade Vale da Rosa, que tem hoje em produção 250 hectares de terras, quer chegar aos 500 hectares até 2022. Ricardo Costa disse à "Vida Económica" em Madrid que o objetivo da empresa é "ter o dobro da área de produção atual daqui a cinco anos", passando das atuais 6000 toneladas de



uva por ano para "15 mil toneladas em 2022/2023".

Em paralelo, a empresa "vai plantar seis hectares de vinha só para fazer uvas passas" e também vai lançar uma linha de compotas e doces de fruta Vale da Rosa, revelou o responsável pelos mercados externos. O projeto está "à espera de aprovação".

"Queremos criar valor em Ferreira do Alentejo e estamos a apostar muito forte no canal horeca", garante Ricardo Costa, frisando que, da produção de uvas de mesa, cerca de 25% vai para exportação para cerca de 12 países, entre a Europa (Reino Unido e outros destinos do Norte da Europa, sendo que "França é um mercado muito importante que estamos a explorar"), Ásia (Malásia ou Dubai, por exemplo) e África (Angola).

A Vale da Rosa espera registar um volume de negócios de 12 milhões de euros este ano. Emprega em média 350 pessoas e, nos picos de produção, cerca de 1000.

PRODUTORES PORTUGUESES PRESENTES NA FEIRA FRUIT ATTRACTION DE MADRID SÃO UNÂNIMES

Setor das frutas e legumes enfrenta "dois grandes desafios": "a falta de mão-de-obra e o acesso à água"

A falta de água é uma lacuna gravíssima e o Oeste vai definir com estas alterações climáticas", avisa João Alves, administrador da LusoPera

uma área de 120 hectares de terrenos agrícolas, não está a ser aproveitado devido a problemas técnicos, que limitam a retenção da água.

Certo é que, diz João Alves, "no pós-adesão à União Europeia houve recursos que não foram aproveitados, nomeadamente no rio Real, mas os agricultores não foram chatos o suficiente, tiveram culpa, porque foram arranjando soluções individuais". E a verdade é que, neste momento, a falta de sistemas de regadio "é uma lacuna gravíssima e a região do Oeste vai definir com estas alterações climáticas; vamos ter de lutar com muitas dificuldades para nos mantermos produtivos, sobretudo neste setor da hortofruticultura".

"Governo devia agilizar burocracia para contratação de mão de obra estrangeira"

Daniel Ribeiro, da Hidrosoph, uma empresa que desenvolve, implementa e controla soluções globais de gestão de rega à medida dos clientes focadas nos resultados, associada a um sistema sensorial de monitorização das condições do solo ou das plantas, avançou à "Vida Económica" em Madrid, que "a barragem do Caia fechou esta segunda-feira [16 de outubro]". E, acrescenta este técnico, "se não chover, não volta a abrir".



Ministra da Agricultura de Espanha, Isabel García Tejerina, encontrou-se com o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação de Portugal, Luís Vieira, na Feira Fruit Attraction, em Madrid.

Também os produtores de citrinos do Algarve que, este ano, se fizeram representar por sete empresas na Fruit Attraction de Madrid, se queixam da falta de água. "Está a começar a ser um problema", diz à "Vida Económica" Armando Evangelista, da ParaFrutas, explicando que "os furos de água são baixos e, como o ano vai muito seco, não há água ou, então, temos de investir e perfurar mais fundo, o que tem enormes custos". Não falando da falta de mão de

obra, Armindo Evangelista confessa que têm de contratar trabalhadores através de empresas de trabalho temporário, mas cujos processos de legalização, sobretudo os das pessoas que vêm de países fora da União Europeia, são "muito burocráticos". Com uma agravante: "quando os legalizamos, eles vão-se embora para outros lados", o que leva a que "todos os meses tenhamos de estar a legalizar pessoas". Opinião idêntica tem Carlos Ferreira,

da Hortomelão, uma organização de produtores (OP) constituída em 2005 com 11 associados e que faturou 22,5 milhões de euros em 2016 (4,9 milhões em 2005). Investiram recentemente 800 mil euros numa nova câmara de frio para 400 toneladas e na ampliação do escritório e dos armazéns, mas depararam-se todos os dias com a escassez de pessoal. "O Governo devia agilizar a burocracia para contratação de mão de obra estrangeira", diz Carlos Ferreira, ciente do "problema" em angariar pessoas para as suas explorações.

Exportando "acima de 40% da produção" para cerca de 15 países, a Hortomelão registou este ano uma produção de 1000 toneladas só de abóbora 'butter-nut', uma variedade em forma de pera, com casca lisa e cor de avelã clara e cuja polpa é laranja e ligeiramente açucarada.

A empresa Vale da Rosa, em Ferreira do Alentejo, também tem sérios problemas de mão de obra. Ricardo Costa, responsável pelos mercados externos, explica à "Vida Económica" que "a mão de obra é o principal constrangimento". A companhia, liderada por Silvestre Ferreira, que tem em produção 250 hectares mas quer chegar aos 500, "emprega em média 350 pessoas por mês". Nas alturas de campanha "chegamos a ter 1000 pessoas a trabalhar".

Ricardo Costa garante que a política de recrutamento da empresa "dá preferência aos portugueses e às pessoas da região", mas a falta de mão de obra nacional leva-os a recrutar "um número significativo de estrangeiros, asiáticos (do Paquistão, Nepal, Tailândia) mas, também, espanhóis". A mão de obra representada por a Vale da Rosa "cerca de 50% da estrutura de custos".

* A jornalista viajou a convite da Portugal Fresh.

Governo investe 520 milhões em 90 mil hectares de regadio até 2020

A água é fulcral e é um fator de competitividade na agricultura", garante o secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira. Em entrevista à "Vida Económica" em Madrid, durante a visita à feira Fruit Attraction, o governante garante que "tem sido feito um esforço há vários anos em regadio" e que "faz parte do programa do Governo um programa nacional de regadios, no âmbito do qual definimos que, entre novos e a reparação dos atuais regadios e barragens, faremos 90 mil hectares, dos quais 47 mil no Alqueva".

Esse programa "envolve um investimento de 520 milhões e euros, que estamos a executar até ao final de 2020 em várias regiões, quer no Norte, no Centro, na região do Oeste", acrescentou Luís Vieira, notando que "há um conjunto de regadios que foram aprovados pelas associações de regantes, que já foram aprovados projetos que se inserem nesse programa dos 90 mil

hectares" e que, "portanto, essa aprovação já está vertida e em execução".

Questionado sobre o encerramento do barragem do Caia a meados de outubro, o secretário de Estado explica que, por vezes, "há situações complexas de seca e de dificuldade em termos de pluviosidade", pois, como diz, "as barragens são para armazenar água quando ela existe, mas já desde finais de 2016 que se sentem dificuldades, nomeadamente nessa zona do Caia, onde houve sempre alguns problemas".

Em todo o caso, o secretário de Estado garante que "o objetivo é continuar a construir barragens", embora tenha noção de que "há dificuldades momentâneas em termos de enchimento". "Nós estamos a fazer o controlo em cerca de 60 albufeiras, mas cerca de 23 têm um nível de água a atingir os 40%". Portanto, "essa é uma dificuldade objetiva, temos 80% do país em seca severa, houve uma quebra plu-

viométrica, vamos ver como é que as coisas evoluem este inverno". Admite, no entanto que, "se continuarmos com esta situação, é preocupante".

Dar aos trabalhadores imigrantes "condições que os dignifiquem"

Certo é que, "no olival de sequeiro, em Trás-os-Montes, onde não há regadio, as coisas são muito mais complicadas em termos de rendimento". Agora, "todo aquele olival que tem regadio, nomeadamente na região do Alentejo e do Alqueva, onde está concentrada 76% da produção nacional e 85% do olival de regadio, esse problema não se coloca", diz o governante.

Questionado também sobre a dificuldade de contratação de mão de obra e as burocracias associadas à legalização de estrangeiros para trabalhar na agricultura, o secretário de Estado reconhece que essa é "uma situação de

grande acuidade", pois há "uma grande procura de mão de obra por parte das explorações agrícolas em várias regiões do país".

Revelou, contudo, que, "em articulação com os ministérios do Trabalho e Segurança Social e dos Negócios Estrangeiros, estamos a tentar encontrar formas que permitam verificar a procura anual que se estima desta mão de obra, procurando encontrar as melhores formas de integração dessas pessoas, porque não basta mandar vir as pessoas, é preciso encontrar habitação e tratar da integração nos aglomerados urbanos onde vão desenvolver a sua atividade". E isso, frisa Luís Vieira, "exige uma boa articulação com a Administração Central, mas, também, com a Administração Local". Aliás, acrescentou que estão "a trabalhar com várias autarquias, nomeadamente do Alentejo, no sentido de acolher essas pessoas em condições que as dignifiquem".

Grupo Luís Vicente quer duplicar volume de produção até 2022

TERESA SILVEIRA, EM MADRID
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O grupo Luís Vicente, com sede em Torres Vedras, e várias centenas de hectares de plantação de fruta (pera rocha, pêssegos, ameixas, nectarinas, dióspiros e marmelos) na região do Oeste e em Ferreira do Alentejo que lhe garantem cerca de 15 mil toneladas de frutas por ano, quer "duplicar o volume de produção até 2022". A garantia é do CEO do grupo, António Santos, em conversa com a "Vida Económica" na feira Fruit Attraction de Madrid.

O grupo, que investiu cinco milhões de euros em 2014 em duas fábricas de processamento de fruta e acaba de investir 250 mil euros no relançamento e reposicionamento da marca Frubis (fruta fresca, cortada em pedaços, em fatias finas ou desidratada), tem também parcerias em vários estados do Brasil. Lá, através da marca Plump, detém 500 hectares de produção própria de frutas tropicais, principalmente mangas, papaias, mamão e limas. Na Costa Rica, onde também opera com a marca Plump, possui 500 hectares de produção de abacaxi e mandioca em parceria com produtores locais, refere António Santos.

Além destas bases de produção no continente americano, de onde exportam para vários clientes, grossistas ou industriais, em vários países do mundo



António Santos (à esquerda) e Miguel Barbosa, respetivamente CEO e diretor-geral do grupo Luís Vicente.

(Canadá, Costa Rica, Colômbia, Brasil e Panamá), o grupo Luís Vicente tem centros de distribuição Plump em Espanha e na Holanda. Os seus mercados de exportação na Europa vão da vizinha Espanha à França, Itália, Alemanha ("o nosso principal mercado"), Áustria, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Irlanda, Polónia, Roménia, República Checa, Finlândia, Grécia, Lituânia, Letónia, Bulgária, Dinamarca, Malta, Luxemburgo, Rússia, Noruega e Suíça. Na Ásia, as frutas do grupo Luís Vicente chegam aos Emirados Árabes Unidos, à Malásia, Singapura, Bangladesh e Índia.

"Queremos ser um operador de referência de frutas e legumes em Marrocos"

Mas é em África que o grupo está agora focado. No norte do continente, em Marrocos, há muito que os seus administradores olham para lá com particular interesse e é naquele país governado pelo rei Mohamed VI que a Luís Vicente quer tornar-se "um operador de referência de frutas e legumes", garante Miguel Barbosa, diretor-geral, à "Vida Económica". "Durante o ano de 2018 acreditamos que isso seja

uma realidade", diz o mesmo responsável, revelando que vão arrancar com a construção de um centro logístico para "reforçar a capacidade logística e de armazenamento da produção". Depois, o passo seguinte "é a produção própria".

Descendo o longo território africano, Angola é outro destino onde o grupo Luís Vicente já opera há vários anos. A 400 quilómetros a sul interior de Luanda, na região de Quibala (provincia do Cuanza Sul), há já 400 hectares de terras cultivadas, com estrutura de regadio, onde produzem batata, cenoura e cebola. "É a maior empresa de frutas e legumes de Angola", garante o CEO do grupo, António Santos. A Plump Angola faz a distribuição dos produtos pelo país.

Ciente do potencial da agricultura em Angola e do desenvolvimento que o setor lá pode ter nos próximos anos fruto da estabilidade política alcançada, dos resultados das últimas eleições e da vontade expressa dos novos governantes de diversificarem a economia angolana, o grupo Luís Vicente admite reforçar a operação naquele país. "Ponderamos novas plantações", revela o CEO do grupo. Miguel Barbosa, diretor-geral, adianta até que já têm "algumas fazendas identificadas noutras zonas", mas que tudo vai depender da "alocação de divisas para estes projetos".

PUB



«Vinhos da Bairrada: OS DESAFIOS DO CRESCIMENTO»

Anadia (Auditório do Museu do Vinho Bairrada)

ORGANIZAÇÃO:

VidaEconómica

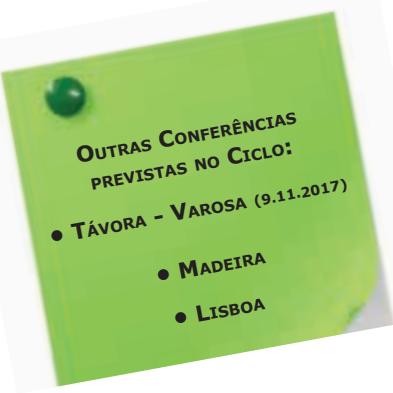
PATROCINADOR:



APOIOS:




23 NOVEMBRO



MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

heldermarques@vidaeconomica.pt

PROGRAMA

10h00 Sessão de Abertura
Pedro Soares (Presidente da Comissão Vitivinícola da Bairrada)

Painel 1 | Mercados e Internacionalização

10h20 Sónia Vieira (ViniPortugal), «**Cenário de Exportação dos Vinhos Portugueses. Oportunidades e Desafios**»

10h40 Maria Fernão-Pires (I.V.V.), «**O Valor da Certificação dos Produtos na sua Internacionalização**»

Coffee-break

Painel 2 | Tecnologia e Inovação

11h15 João Simões (Biocant), «**Bairrada: Vinha, Vinho e Inovação**»

11h30 Rui Marques (Cotesi), «**A importância do agrotêxteis para a proteção da cultura da vinha**»

Painel 3 | Mesa Redonda: Os casos de sucesso da Bairrada

Convidados: Francisco Antunes (Caves Aliança), Vitor Damião (Adega de Cantanhede), Mário Sérgio Nuno (Quinta das Bageiras) e Luís Pato (Adega Luís Pato)

Moderador: Marc Barros, jornalista da Vida Económica.

ENCERRAMENTO

NOTA: o programa poderá sofrer alterações por motivos alheios à organização.

ITELMATIS leva precisão à agricultura



O Aquário do Pantanal, no Brasil, possui 32 tanques para exposição de peixes e o sistema de gestão foi implementado pela ITELMATIS.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A ITELMATIS está no mercado desde 2002 e opera na conceção e desenvolvimento de inovações tecnológicas de controlo, supervisão e aquisição de dados. Tem “mais de 200 clientes” em diversas áreas da indústria, nomeadamente na agricultura mas, também, na aquicultura, frio industrial, gestão de águas potáveis, águas para rega e águas residuais e, até, na área da gestão de edifícios e indústria em geral. Um desses clientes é o maior viveiro de água doce do mundo, o Aquário do Pantanal, Brasil.

Jorge Luz, fundador e sócio-gerente da empresa, explicou à “Vida Económica” uma das soluções desenvolvidas com a Universidade do Algarve, através do CRIA – Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia. Trata-se do projeto S-Green, um sistema inteligente e integrado de gestão de água em tempo real, particularmente direcionado para a gestão de campos de golfe. Aliás, refere Jorge Luz, cerca de 50% dos campos de golfe nacionais já recorrem à tecnologia da ITELMATIS no domínio da gestão da água.

Para o setor agrícola, a ITELMATIS criou um software inovador, o S-Monitor, com soluções inovadoras e customizadas às necessidades dos clientes no que respeita à gestão da água. “O nosso objetivo é levar precisão à agricultura para conseguir maior produtividade e eliminar o erro humano e a imprevisibilidade”, refere Jorge Luz.

Este engenheiro explica à “Vida Económica” que o S-Monitor “mantém sob vigilância todos os equipamentos”, de modo a “saber o que cada equipamento está a fazer, analisando milhares de parâmetros ao segundo” em bombas, estruturas das estufas, ventiladores, máquinas de fertilização, níveis e pivots de rega, entre outros. Foi concebida para os setores da agricultura, aquicultura e gestão piscícola, gestão de águas municipais, entre outros. Aliás, reforça Jorge Luz, “há poucos equipamentos fixos numa exploração que nós não possamos controlar”.

Questionado sobre o preço de aquisição deste software S-Monitor, o responsável da ITELMATIS garante que, “comparada com outras soluções, não é das mais caras”. Consoante a dimensão do projeto, “o preço pode ir dos 700 euros até aos 500 mil euros”. Ainda assim, diz Jorge Luz, “o preço não é um entrave; o maior entrave é a formação das pessoas”. A empresa dispõe, pois, de técnicos especializados para dar formação adequada, embora “as novas gerações, que já vêm com mais formação, já queiram estas soluções”.

RICARDO BRAGA, DOCENTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA DE LISBOA E UM DOS MAIORES ESPECIALISTAS EM AGRICULTURA DE PRECISÃO, CONFIRMA

“Agricultura de precisão está a revolucionar profundamente o negócio agrícola”

A agricultura de precisão veio para ficar. Aliás, “Dizer que a agricultura de precisão é uma moda seria o mesmo que dizer que a internet é uma moda ou a eletricidade é uma moda”, afirma Ricardo Braga, docente do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e um dos maiores especialistas nesta área. Pelo contrário, frisa este especialista, “a agricultura de precisão está a revolucionar profundamente a forma como o negócio agrícola se desenrola por via da transformação digital”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - A agricultura de precisão é o futuro, se quisermos ter uma agricultura profissionalizada e rentável? Ou, ao contrário, estaremos a falar de uma moda/tendência que não fará caminho?

Ricardo Braga - A agricultura de precisão representa o impacto que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão a ter nos processos de tomada e operacionalização de decisões. As TICs, ou melhor as TICE (TIC + electrónica), estão cada vez mais presentes nas nossas vidas, não sendo o setor agrícola uma exceção. Bem antes pelo contrário, é um setor em que as TICE têm grande impacto e aplicabilidade. Portanto, não só são o futuro, como também são já o presente em muitas explorações agrícolas portuguesas. Dizer que a agricultura de precisão é uma moda seria o mesmo que dizer que a internet é uma moda ou a eletricidade é uma moda. Pelo contrário, a agricultura de precisão está a revo-



Ricardo Braga, professor do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.

te). Com esta ferramenta é possível verificar o nível de conforto vegetativo da cultura, fazer estimativas de produtividade, detetar precocemente limitações ao crescimento, planear colheitas, entre outras utilizações muito práticas e com forte retorno do investimento.

VE - E são mecanismos viáveis, financeiramente e tecnicamente, para a generalidade dos produtores?

RB - Nos últimos cinco anos temos vindo a verificar melhorias sucessivas das suas capacidades e facilidade de uso, assim como a redução do custo, quer de aquisição quer de manutenção (no caso

tecnologias ou ainda há um longo caminho a percorrer?

RB - Se, por um lado, a automação terá um papel crescente na facilidade da sua utilização (manuseamento), por outro, a interpretação exige – e penso que continuará a exigir por alguns anos – uma forte preparação técnica do produtor ou da empresa que lhe prestar consultoria. Essa, entre outras, é, de facto, ainda, uma limitação relevante à adoção mais generalizada destas tecnologias nos dias de hoje. O ensino agrícola tem que incorporar nos seus “currículos” a reengenharia de processos que levem em conta com as novas fontes de dados e as novas tecnologias. Só isto garantirá que os técnicos que saem para o mercado possam levar à prática a ‘transformação digital’. Infelizmente, ainda estamos longe de uma situação confortável a esse nível.

VE - O PDR 2020 é um instrumento importante para ajudar a financiar a aquisição destas tecnologias?

RB - Diria que, mais do que tecnologias – que são o suporte e permitem a operacionalidade –, estaremos a falar na adoção de novas formas de trabalhar, novos processos. Sim, os instrumentos de apoio aos produtores podem ter um papel importante no processo de adoção, no sentido em que não só facilitam algum apetrechamento tecnológico, mas também suavizam a fase inicial do processo de adoção mais focada no registo, compilação e processamento de dados. No roteiro de adoção da agricultura de precisão, embora se verifiquem em alguns casos retornos quase imediatos dos investimentos, há um período inicial de recolha intensa de dados, sem os quais é impossível trabalhar e chegar à fase de aplicação no terreno (e obtenção de retorno do investimento). Este período, mais ou menos longo, pode beneficiar de um instrumento de apoio.

“A deteção remota, por via dos drones ou dos satélites, é uma grande aliada da agricultura de precisão, pelo facto de permitir observar o estado de uma cultura com elevada resolução espacial”

lucionar profundamente a forma como o negócio agrícola se desenrola por via da transformação digital. Isto é, não apenas a passagem dos processos do analógico para o digital (digitalização) como, também, o tirar partido disso para recriar a forma como os processos decorrem – a reengenharia dos processos (transformação digital).

VE - Os drones são já utilizados para múltiplas funções no setor agrícola. São, de facto, uma ferramenta do futuro? E as imagens de satélite?

RB - A deteção remota, quer por via dos drones, quer por via dos satélites, é uma grande aliada da agricultura de precisão, pelo facto de permitir observar o estado de uma cultura com elevada resolução espacial (dos 10 m a 1cm de pixel) e temporal (quinzenalmente a diariamen-

dos drones). Quanto às imagens de satélite, existem já satélites (nomeadamente o Sentinel) com resoluções de 10 m, em que o acesso é totalmente gratuito e intuitivo. Também nos drones, a automação de todo o processo de obtenção e processamento das imagens torná-los-á uma ferramenta para a generalidade dos produtores, direta ou indiretamente. Existem já produtores em Portugal que não os dispensam em vários momentos do ciclo das suas culturas.

VE - Mas para utilizar os drones ou imagens de satélite é preciso ter preparação técnica, quer para o seu manuseamento, quer para a leitura/interpretação das informações que eles recolhem/proporcionam. Estamos no bom caminho na formação dos agricultores para lidarem com esta e outras novas

Bfruit quer 320 hectares de pequenos frutos daqui a dois anos

TERESA SILVEIRA, EM MADRID
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A icónica pera rocha cedeu o lugar à succulenta framboesa. Nos últimos anos, estas e os demais pequenos frutos (mirtilos, amoras, groselhas e morangos) deram um pulo de crescimento e já são, neste momento, no setor das frutas, "os reis da exportação".

A expressão é de Fernanda Machado, presidente da Bfruit, organização de produtores (OP) sediada no Norte do país (Morreira de Cónegos) e com entreposto frigorífico em Guimarães, mas que está a expandir para Sul, para Odemira, região onde também já tem um entreposto frigorífico e deverá agregar 100 novos hectares de plantação nos próximos dois anos. "A framboesa é a rainha das frutas. Já ultrapassou a pera rocha. Exporta, sozinha, em valor, mais do que qualquer fruta", lembra a líder da Bfruit à "Vida Económica" em Madrid, em plena feira Fruit Attraction. Basta atentar na diferença de valor: "a framboesa é vendida a entre quatro e dez euros o quilo e a pera rocha entre os sessenta cêntimos e um euro".

E os números confirmam-no. Só os pe-

quenos frutos exportaram, sozinhos, o ano passado, 117 milhões de euros (num total de 1310 milhões em todas as frutas, legumes e flores) e, apenas nos primeiros oito meses deste ano, já vão nos 100 milhões de vendas para o exterior, reve-



lou o secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, durante a visita aos expositores portugueses na feira de Madrid.

Ciente do valor dos pequenos frutos, em particular dos vermelhos, e da sua crescente valorização pelo consumidor, em fresco, e pela indústria (alimentar e até cosmética e farmacêutica), a Bfruit quer crescer cada vez mais. Possui já

mais de 130 produtores associados e 220 hectares de plantação, mas os números vão subir. "Estamos a pensar atingir mais 100 hectares de framboesa junto a Odemira nos próximos dois anos", revela Fernanda Machado. O volume

de negócios da OP deverá rondar os oito milhões de euros no final deste ano e os destinos de exportação, esses, vão variados, desde França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, os países da Escandinávia e até o Dubai e o Brasil (S. Paulo). "A viagem, do Porto ou Lisboa para S. Paulo demora 11 horas e o produto é entregue a grossistas que o colocam no mercado".

"Não podemos contar com produtores que não cumprem"

A Bfruit, reconhecida como OP para pequenos frutos em setembro de 2016, está agora à espera desse reconheci-

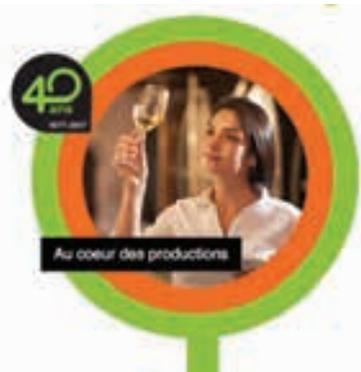
mento também para as frutas e legumes. "Esse será o chapéu, para agregar o morango e o kiwi", revela a presidente, ciente das vantagens de estarem organizados nesse formato. "A primeira é a concentração da oferta e a segunda são os apoios mais vantajosos", garante a líder da Bfruit, revelando que a OP que lidera acabou de apresentar a sua primeira candidatura ao Programa Operacional, financiado com fundos europeus, que "não está dependente do Orçamento do Estado nacional" e que, se for aprovada, lhe concederá "4,6% a fundo perdido em função dos quatro milhões de euros de VPC - Volume de Produção Comercializada". Quando vier, esse apoio será para financiar investimentos na "substituição de plantas e em melhoramentos das estufas dos produtores", garante.

A fechar, Fernanda Machado deixa um esclarecimento e um aviso: "na Bfruit não há accionistas que não sejam produtores". E, quanto a estes, acionistas ou não, "todos têm de cumprir com o plano de produção", sob pena de poderem ser "excluídos da OP ou passarem a ser pagos a um valor diferenciado, mais baixo". "Não podemos contar com produtores que não cumprem", diz.

PUB

sitevi 2017

(PARC DES EXPOSITIONS DE MONTPELLIER FRANÇA)



SITEVI

Apoio e organização:



VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

Programa

PORTO

28.11.2017 (terça-feira)

- 11h00 Comparência no Aeroporto do Porto (junto ao balcão da Portway, no piso das Partidas).
- 12h40 Partida para Marselha no voo FR 6532
- 15h45 Chegada ao Aeroporto de Marselha
- 16h00 Transfer para Montpellier
- 17h30 Chegada a Montpellier e check-in no Hotel Aparteeo Montpellier
Jantar livre

LISBOA

- 06h30 Comparência no Aeroporto de Lisboa (junto ao balcão da Portway, no piso das Partidas).
- 07:50 Partida para o Porto no voo FR 2094
- 08:50 Chegada ao Aeroporto do Porto
- 12h40 Partida para Marselha no voo FR6532
- 15h45 Chegada ao Aeroporto de Marselha
- 16h00 Transfer para Montpeliee
- 17h30 Chegada a Montpelier e check-in no Hotel
Jantar livre

29.11.2017 (quarta-feira)

- 09h00 Transfer para o Parque de Exposições de Montpellier
Dia disponível para visita ao Sitevi
- 12h00 Mesa Redonda | «O mercado francês e os vinhos portugueses: perspectivas»:
Convidados: Pedro Marinho Costa (Cônsul Geral de Portugal em Marselha), Claudio Pinto Fernandes (Portugal Business Club), Alexandra Custódio (empresária), Jean Marc Sabre (Grupo Prévoir) Moderador: João Luís de Sousa

30.11.2017 (quinta-feira)

- 09h00 Transfer para o Parque de Exposições de Montpellier
Dia disponível para visita ao Sitevi
- 16h30 Transfer para Marselha
- 18h00 Comparência no Aeroporto de Marselha
- 20h05 Partida para o Porto no voo FR 6531
- 21h20 Chegada ao Aeroporto do Porto
- 07h30 Transfer para Marselha
- 09h00 Comparência no Aeroporto de Marselha
- 10h10 Partida para Lisboa no voo FR 2078
- 11h30 Chegada ao Aeroporto de Lisboa

Preço: €590 + IVA (público em geral) | Assinantes Vida Económica e associados da CCILF €490 + IVA.
O preço para acompanhante será de €400 + IVA

Inscrições: Patricia Flores - Telefone: 223 399 437 • Email: patriciaflores@vidaeconomica.pt

Observações: Os participantes podem transportar uma mala até 10 kg, incluindo o computador pessoal. No caso de a mala exceder esse limite de peso ou estar acima das dimensões para ser considerada bagagem de cabina poderão despachar a bagagem com os custos inerentes.